

O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO TRABALHADOR TERCEIRIZADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA/MG

*Marco Aurélio Muniz Corrêa de Carvalho*¹
(FADIP, Brasil)

*Amelia Carla Sobrinho Bifano*²
(UFV, Brasil)

*Márcia Barroso Fontes*³
(UFV, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i11.977>

RESUMO: O artigo apresenta uma caracterização do trabalhador terceirizado do setor de limpeza da Universidade Federal de Viçosa (UFV), a partir do seu perfil socioeconômico e sua condição de terceirizado no setor público. A metodologia utilizada foi descritivo-exploratória cujo instrumento de coleta de dados foi o questionário estruturado. Observou-se que mais da metade dos trabalhadores era do sexo feminino, negra, com baixo nível escolar, entre 31 a 50 anos, casada e com filhos. Grande parte das famílias recebem dois salários-mínimos e 36% dos trabalhadores relataram possuir algum adoecimento. Conclui-se que este trabalhador vivencia um nível de adoecimento relevante, a naturalização do serviço de limpeza como feminino e a condição de precarização do trabalho terceirizado no setor público.

Palavras-chave: Gestão Pública. Terceirização. Universidade Federal de Viçosa. Perfil Socioeconômico. Precarização do Trabalho.

¹ Mestre Em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente é professor do Curso de Psicologia da Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP), onde integra o CEP/CONEP e atual como Assessor de Coordenação do Curso de Psicologia. Atua também como psicólogo clínico e psicólogo organizacional, com ênfase em gestão de pessoas. Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0001-9749-3275>. E-mail: m.aureliomcc@hotmail.com

² Doutora em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde é membro da Comissão Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica (PPGED), líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano, Social e Vida Cotidiana e Coordenadora do Laboratório INTERFACES. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9046-9149>. Email: acsbifano@gmail.com

³ Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Atualmente é professora da Universidade Federal de Viçosa, onde integra o quadro docente do Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica, é membro do Grupo de Pesquisa Famílias, Políticas Públicas, Desenvolvimento Humano e Social e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Sociabilidade e Gênero. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0400-9307>. E-mail: mbfontes@ufv.br

THE SOCIO-ECONOMIC PROFILE OF THE OUTSOURCED WORKER AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF VIÇOSA/MG, BRAZIL

ABSTRACT: The article presents a characterization of the outsourced worker in the cleaning sector at the Federal University of Viçosa (UFV), based on their socioeconomic profile and their status as an outsourced worker in the public sector. The methodology used was descriptive-exploratory, whose data collection instrument was the structured questionnaire. It was observed that more than half of the workers were female, black, with low educational level, between 31 and 50 years old, married and with children. Most families receive two minimum wages and 36% of workers reported having some illness. It is concluded that this worker experiences a relevant level of illness, the naturalization of the cleaning service as female and the precarious condition of outsourced work in the public sector.

Keywords: Public Management. Outsourcing. Federal University of Viçosa. Socioeconomic Profile. Precariousness of Work.

EL PERFIL SOCIOECONÓMICO DEL TRABAJADOR TERCERIZADO DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE VIÇOSA/MG, BRASIL

RESUMEN: El artículo presenta una caracterización del trabajador subcontratado en el sector de la limpieza en la Universidad Federal de Viçosa (UFV), en función de su perfil socioeconómico y su condición de trabajador subcontratado en el sector público. La metodología utilizada fue descriptiva-exploratoria, cuyo instrumento de recolección de datos fue el cuestionario estructurado. Se observó que más de la mitad de los trabajadores eran mujeres, de raza negra, con bajo nivel educativo, entre 31 y 50 años, casadas y con hijos. La mayoría de las familias reciben dos salarios mínimos y el 36% de los trabajadores reportaron tener alguna enfermedad. Se concluye que este trabajador experimenta un nivel de enfermedad relevante, la naturalización del servicio de limpieza como femenino y la precaria condición de trabajo subcontratado en el sector público.

Palabras clave: Gestión Pública. Subcontratación. Universidad Federal de Viçosa. Perfil Socioeconómico. Precariedad del Trabajo.

Introdução

O trabalho, atividade particularmente humana, se constitui de diversos aspectos psicológicos, socioculturais e econômicos. Esta atividade possui a capacidade também de trazer dignidade para a vida da pessoa nos âmbitos psicossociais e intermedia a relação entre o homem e a sociedade em que está inserido. Por meio do trabalho, o homem modifica a si mesmo e o ambiente em que está inserido, assim como é por ele modificado, exercendo, assim, um papel na formação da identidade do sujeito que trabalha (DUTRA, 2016).

O mundo do trabalho segue um modelo atual do modo de produção, que é o capitalismo. Ao longo da história, este modelo passou por diversas crises, que o levaram a uma dificuldade para se reproduzir, abalando os modos e as relações de produção. Desde a reformulação ocorrida nos anos 1980, o capitalismo se encontra na fase reconhecida como "reestruturação produtiva". Desse processo, ocorre a reorganização da produção,

que leva ao surgimento do Toyotismo – produção em células e *just in time*, e o processo de terceirização, sendo este, o foco deste trabalho (SALM; FOGAÇA, 1995, CAMPOS; VIANA, 2015).

A terceirização ganhou apelo mundial, sendo adotada tanto por organizações privadas quanto por Estados, em sua esfera administrativa. O modelo neoliberal que preconiza um Estado enxuto, ampliando as áreas da atuação da iniciativa privada, assim como promove a ausência do Estado do “mundo produtivo”, apoia, também, o aumento da produtividade por meio da flexibilização das leis trabalhistas, o que, por consequência, além de incrementar a acumulação capitalista, aumenta também a exploração do sujeito que trabalha, o que acarreta sobrecarga física, emocional e social.

No caso brasileiro, a implantação do modelo neoliberal se deu nos anos de 1990, quando o Brasil, enquanto país com baixo desenvolvimento tecnológico, era um local onde este modelo poderia ser amplamente explorado e ter suas leis alteradas. Nesta reestruturação produtiva brasileira ocorreram mudanças importantes, como a criação dos contratos temporários. No caso da administração pública, iniciou-se o processo de extinção de cargos públicos, cortes nas organizações estatais e privatizações, políticas de ajuste fiscal, implementação de políticas públicas com aspecto paliativo e com foco de promover o aumento da mão de obra terceirizada (CAMPOS; VIANA, 2015).

No cenário atual, necessário dar destaque à promulgação da Lei 13.429 de 2017, por abranger as normas para a terceirização a nível consideravelmente amplo, tendo, consequentemente, um impacto proporcional no que diz respeito à precarização do trabalho. Esta lei retirou a proibição das empresas de terceirização das atividades-fim, além de permitir o aumento da carga horária para os trabalhadores terceirizados (ALVES, 2017).

A justificativa utilizada pelo Governo Federal foi o de que a reforma contribuiria positivamente para a economia, gerando mais empregos. Além da criação, por parte do governo de federal, de programas de qualificação de mão de obra através do Programa de Qualificação Profissional o que, de acordo com a proposta governamental, proporcionaria a elevação do nível de instrução das classes mais baixas.

Destaca-se, entretanto, a necessidade de se levar em consideração os impactos de todo esse processo para o trabalhador, visto que, ao flexibilizar as leis trabalhistas, eximiu a empresa contratante da garantia de direitos básicos, como férias remuneradas, folgas remuneradas, exames de admissão e demissão, vale transporte e licença-maternidade (ALVES, 2017), tanto a um dano existencial⁴ quanto de saúde (como desgaste das articulações, dores musculares, dores de cabeça e acidentes de trabalho), além de contribuir com a informalidade, através dos contratos temporários.

Por tanto, o objetivo deste estudo foi caracterizar o perfil socioeconômico dos trabalhadores terceirizados dos serviços de limpeza da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Apresentando uma caracterização do trabalhador terceirizado do setor de limpeza da UFV, a partir do seu perfil socioeconômico, com base nos questionamentos sobre como a terceirização afeta esta categoria no setor público.

⁴ Os danos existenciais são “caracterizados pelas consequências externas, na vida da vítima, em razão de alteração de seus hábitos de vida e forma de se relacionar com os outros, prejudicando sua realização pessoal e comprometendo sua capacidade de gozar plenamente de sua vida”. (FACCHINI NETO; WESENDONCK, 2012, p. 240-241)

1. Revisão de literatura

Traçar o perfil socioeconômico desta classe de trabalhadores se mostra importante ao ponto que, estes representam uma classe em amplo crescimento no Brasil, e conhecer suas particularidades se faz necessário para compreender o movimento de expansão econômico neoliberal e suas consequências.

O perfil socioeconômico do trabalhador terceirizado já foi tema de algumas pesquisas (CHILLIDA; COCCO, 2005, OLHER, 2013, 2015, DRUCK, 2016, 2018), por se tratar de um tema relevante e intrigante, ao se destacar quem são essas pessoas que estão na linha de frente do sistema econômico vigente.

As mudanças ocorridas no mundo de uma forma geral, a partir da década de 1990, estão atribuídas à evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação, num processo denominado Globalização. Este processo permitiu que houvesse uma reestruturação produtiva que trouxe mudanças na economia e novas configurações nas relações de trabalho (GEMMA; ROJAS; SOARES, 2017).

Estas novas configurações nas relações de trabalho afetaram também as relações sociais que são construídas no ambiente de trabalho, que somadas às mudanças nas formas de organização e precarização das condições de trabalho, podem levar à uma instabilidade no trabalho. Com essa característica de instabilidade e condições precárias, a terceirização surge como uma forma de organização do trabalho (GEMMA; ROJAS; SOARES, 2017, BATTISTINI, 2018).

Apesar da diferença entre o setor público e o setor privado, a terceirização vem sendo empregada em ambos os setores, sendo que o setor privado busca a redução dos custos e uma obtenção maior do lucro, terceirizando atividades que não são consideradas essenciais para a instituição, objetivando aumentar sua competitividade no mercado. Já o setor público, através das diretrizes do Estado, busca a redução dos custos e a modernização da máquina pública, diminuindo a burocratização das tarefas, sem prejuízo, mantendo ou melhorando o serviço para as pessoas que o utilizam (JACOBSEN; CORDEIRO, 2015, CARNEIRO, 2016, SALVADOR; RIBA, 2017).

Autores, como Lima (2010), Druck (2016) e Alves (2017), reforçam a ideia de que a terceirização carrega consigo, como ponto negativo uma flexibilização que leva a uma precarização das condições de trabalho, que surge através dos contratos temporários e sem seguridade social, da impossibilidade de escolhas no local de trabalho, regimentos muito rígidos que impedem relações sociais, diferenciação aos demais trabalhadores, novas hierarquias e uma segmentação do coletivo, que, por sua vez, enfraquece os sindicatos e impossibilita uma organização dos trabalhadores para a defesa ou conquista de seus interesses. A precarização gera uma vulnerabilidade social e do trabalho, fazendo com que estes trabalhadores assumam seus postos de trabalho sem a possibilidade de exercer os direitos trabalhistas e seguridade, sendo as mulheres, os jovens e os idosos aqueles com maior vulnerabilidade e preferência por parte das empresas, por apresentarem um menor custo e menor exigência para com a empresa (LIMA, 2010, DRUCK, 2016, ALVES, 2017).

Por outro lado, a terceirização pode apresentar uma oportunidade de renda e melhoria na qualidade de vida destas pessoas e suas famílias, é o que dizem Hernández e Peñalver (2012), Vargas e Monsalve (2016), Dutra (2016) e Vogelmann (2017), pois o indivíduo que

não possui emprego fica em uma posição de fragilidade econômica e social, dependendo economicamente dos outros integrantes da família, já que uma vez inativo economicamente, ele não possui meios próprios de sustento. O mercado informal surge, então, como um caminho necessário, enquanto a reinserção no mercado formal não é conquistada, e a terceirização aparece neste momento, tanto como uma solução de emprego formal quanto um trabalho temporário formal, fazendo que este trabalhador consiga recursos financeiros para sobreviver.

Esta relação de necessidade *versus* oportunidade é vista de uma forma perversa, uma vez que as condições de trabalho são ruins e a remuneração oferecidas são colocadas abaixo do valor comum de mercado, já iniciando um processo de precarização e desvantagem por parte do trabalho (DRUCK, 2016).

Entre os anos de 2004 a 2014, a economia brasileira apresentava uma melhoria significativa na geração de empregos formais, melhorando a condição econômica de muitas pessoas antes desempregadas, porém, quase 95% dos postos de trabalho formais criados neste período não ultrapassavam o valor de 1,5 salários-mínimos por mês, o que comprova que estes empregos surgiram para os ditos "trabalhadores de base" (ANDRETA; CAMPOS, 2015).

O número de trabalhadores terceirizados no Brasil, em 2014 (dados mais recentes), chegou a representar à época pouco mais de um quarto de todos os trabalhadores registrados no país (DIEESE, 2017). Contudo, por mais que o emprego formal seja o ideal, por garantir (em teoria) uma seguridade social em relação ao trabalho, o trabalho terceirizado possui particularidades como alta rotatividade, salários mais baixos, alta carga de trabalho, suscetibilidade a acidentes por falta de treinamento ou instrumentos de segurança e questões relativas às normas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como exposto por Andreta e Campos (2015).

Estes trabalhadores então se veem com pouca opção e força de negociação diante os termos propostos, assim, o trabalho precarizado se firma na estrutura econômica (GEMMA; ROJAS; SOARES, 2017).

O fenômeno da reestruturação produtiva, somada à entrada das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho, a partir da década de 1980, e o processo de terceirizar atividades tidas como de "segunda categoria" e de baixo nível acadêmico tende à precarização da situação de trabalho. Mas há de se considerar, por outro lado, que esta situação acaba se colocando como uma opção viável de se obter renda estável e fugir da informalidade, (MONTALI, 2003, BARHAN; VANALLI, 2012).

Este fenômeno leva a uma entrada em grande escala das mulheres no mercado de trabalho, tendo ligação também com outros fatores sociais, como, por exemplo, a queda na taxa de fecundidade e a ampliação da renda familiar brasileira, permitindo a muitas famílias uma melhor condição econômica e social (MONTALI, 2003, BARHAN; VANALLI, 2012).

Os serviços de limpeza são ainda um dos setores de terceirizados com maior contingente e rotatividade de funcionários. Esta função, ligada diretamente com os serviços domésticos e de cuidados, ainda possui maioria feminina em sua população total, pois, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2011), o Brasil

possuía 6,6 milhões de pessoas trabalhando com serviços domésticos e de cuidados, sendo 92,6% mulheres (GEMMA; ROJAS; SOARES, 2017).

Mesmo quando fora do âmbito doméstico, os serviços de limpeza tendem a ser executados por mulheres. Um fator que pode corroborar com este dado é fato de que, em muitos casos, a renda que a mulher gera é vista como um complemento para a renda familiar, mesmo que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres participam com 42,4% da renda familiar quando residem na zona rural, e 40,7% quando vivem na cidade (IBGE, 2014, GARBIN; SANDRA, 2014).

Além destas características de sexo e renda, os trabalhadores terceirizados são vistos como de “segunda categoria”, por terem geralmente um baixo nível acadêmico (MONTALI, 2003, BARHAN; VANALLI, 2012). Corroborando com esta perspectiva, segundo Druck *et al.* (2018), eles também residem, geralmente, em bairros periféricos, recebem em média um salário-mínimo para exercer esta função e sofrem discriminações por serem terceirizados.

Uma pesquisa realizada por Bastos Filho *et al.* (2019) buscou avaliar qual seria o nível de segregação socioespacial no município de Viçosa-MG, e quais as diferenças entre as regiões dele. Esclarecendo que, a segregação socioespacial, é uma forma de reprodução da divisão social do trabalho no território, onde aqueles vistos como “mais importantes” tendem a ter maior suporte e maior facilidade de acesso a todos os recursos disponíveis no município, deixando, por outro lado, aqueles “menos importantes” à margem da dos recursos e com pouco acesso.

Os dados apresentados pelos autores, nos mostram que, em termos socioeconômicos, as regiões que apresentaram os maiores índices de segregação socioespacial são periféricas ao centro da cidade e possuem como características a maioria dos chefes de família serem pretos ou pardos; com uma renda média familiar mensal consideravelmente menor que da região central e residência em bairros periféricos, fazendo com que os trabalhadores acabem por levar mais tempo até o local de trabalho e um gasto maior, devido ao uso de transporte público coletivo ou automóvel (BASTOS FILHO *et al.*, 2019).

Em relação à escolaridade, os dados apresentados por Bastos Filho (2019) sobre os bairros periféricos, apresentam que 50% chefes de família possuíam até o ensino básico. Este dado está diretamente ligado à ocupação, sendo que, no geral, os chefes de família dos bairros periféricos tinham um baixo nível de escolaridade e, por consequência, uma baixa remuneração, possuindo ocupações autônomas ou temporárias, constando que até 20% das mulheres, que eram chefes de família nestes bairros, trabalhavam com serviços de limpeza.

Outra pesquisa realizada no município de Viçosa que complementou a discussão sobre as percepções colocadas por Druck *et al.* (2018) e Bastos filho *et al.* (2019) foi o Retrato Social de Viçosa (CRUZ, 2014). Este documento traz o fato de que os 20% mais pobres da população local apropriavam-se de 7,57% da renda municipal, enquanto os 20% mais ricos representavam 53,74%. Esta diferença mostrou uma grande desigualdade econômica existente no município, que poderia estar afetando diretamente estes trabalhadores.

Estas questões, afetam o trabalhador não apenas o deixando de fato em uma situação socioeconômica difícil, com uma renda familiar insuficiente para todos os membros da família, e tendo questões de fragilidades observadas em bairros periféricos, como violência,

falta de saneamento básico, de difícil acesso e o uso de álcool e outras drogas (REIS, *et al.* 2013, BRITES, *et al.* 2014).

Por vezes, em uma situação de fragilidade, em um local de segregação socioeconômica e espacial, o indivíduo pode buscar alento em substâncias que tem seu uso reforçado socialmente, naquele lugar. O uso de álcool surge como uma das principais formas de alívio e lazer para pessoas que moram em regiões periféricas e de baixa renda, já que, em seu local de moradia, geralmente não possui infraestrutura ou opções para prática de lazer e entretenimento. Já o uso de drogas, é tido como um problema, apesar de ter um alto índice de uso (BRITES, *et al.*, 2014, REIS, *et al.*, 2013).

2. Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo quantitativo com uma abordagem descritiva exploratória, tendo como participantes da pesquisa os trabalhadores terceirizados dos serviços de limpeza da UFV. A pesquisa de campo foi desenvolvida no município de Viçosa - MG, onde está localizada a UFV.

O instrumento de coleta utilizado foi o questionário estruturado, que buscou coletar dados sobre sexo, estado civil, idade, cor da pele, escolaridade, número de filhos, moradia, aspectos relacionados à renda familiar e sobre saúde, a fim de definir um perfil socioeconômico destes trabalhadores.

Da população total de 164 trabalhadores terceirizados dos serviços de limpeza existentes na UFV, 89 aceitaram participar da pesquisa de forma voluntária. Este valor ainda se considera relevante, pois, com um nível de confiança de 90%, erro amostral de 10% e desvio padrão de 0,5, indicou que para a amostra ser válida, deveriam ser realizadas 81 aplicações.

Os dados foram tratados com o auxílio do software STATA – *Data Analysis and Statistical Software*, versão 12, utilizando-se análise estatística descritiva, levando em consideração a frequência absoluta, média e a frequência relativa das respostas.

3. Apresentação dos resultados

Neste tópico, serão apresentados e discutidos os resultados que dizem respeito ao perfil socioeconômico dos trabalhadores terceirizados dos serviços de limpeza da UFV.

3.1. Sexo dos entrevistados

A variável sexo tem relevância por se tratar de uma característica determinante em fatores sociais, sendo um instrumento de análise em diferentes aspectos da sociedade (IBGE, 2011).

A Tabela 1, apresenta a distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por sexo nos serviços de limpeza da UFV.

Tabela 1- Distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por sexo nos serviços de limpeza da UFV

Sexo	N	%
Masculino	29	32,58
Feminino	60	67,42
Total	89	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 1, 29 pessoas são do sexo masculino (32,58%) e 60 do sexo feminino (67,42%). Este resultado é compatível com os dados apresentados pela PNAD (2011) e por Gemma, Rojas e Soares (2017), que já indicavam uma maioria feminina no que diz respeito a trabalhos ligados a serviços domésticos ou de cuidados.

O setor de serviços é, atualmente, aquele que possui o maior número de trabalhadores, sendo que, em 2016 (dados mais recentes), 61,5% da população feminina mundial assalariada encontrava-se empregada neste setor; já, no caso masculino, a porcentagem é de 42,6% (OIT, 2016).

Estes dados confirmam um aspecto pejorativo relativo à atividade de limpeza, relacionada ao cuidado e à casa, como também demonstra os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nos países que possuem um PIB médio, cerca de 33,9% das mulheres estão no setor de serviços, cuidados e comércio (OIT, 2016).

Por tanto, os dados apresentados na Tabela 1 estão em acordo com a tendência vista no contexto mundial, onde as mulheres são maioria no setor de serviços e cuidados, e relacionado ao fato do Brasil hoje possuir o vigésimo oitavo maior PIB mundial, figurando entre aqueles países considerados de PIB médio (IBGE, 2020).

3.2. Faixa etária dos trabalhadores

A variável idade foi investigada por meio da pesquisa do mês e dia de nascimento de cada indivíduo participante.

A Tabela 2, apresenta a distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por idade nos serviços de limpeza da UFV.

Tabela 2- Distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por idade nos serviços de limpeza da UFV

Idade	N	%
Até 30 anos	9	10,11
De 31 a 40 anos	34	38,20
De 41 a 50 anos	29	32,58
De 51 a 60 anos	14	15,73
Mais de 60 anos	2	12,25
Abstenção	1	1,12
Total	89	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se na Tabela 2, que a maioria dos trabalhadores possuem entre 31 e 40 anos (38,2%), seguido pelo grupo de 41 a 50 anos (32,58%). Somados, estes dois grupos possuem um percentual total de 70,78% desta população, contra os 29,22% dos outros três grupos.

Estas pessoas representam uma faixa da população denominada de "população economicamente ativa" (PEA), passando pelo seu auge da capacidade de trabalho. O serviço de limpeza é considerado um serviço de alta exigência física e, por este fator, à medida que a idade se torna mais avançada, o número de trabalhadores diminui, seja por fatores físicos, ou mesmo, pelo preconceito existente no mercado de trabalho com pessoas com mais de 60 anos, e devido a isso existe a hipótese de que pessoas com 60 anos ou mais tendem a não permanecer neste emprego (CORRÊA; GONÇALVES; SANTOS, *et al.*, 2016).

Os dados apresentados na Tabela 2 são coerentes quando se observa o cenário demográfico brasileiro, devido ao evento conceituado como "bônus demográfico", caracterizado por grande número de trabalhadores na faixa considerada economicamente ativa. No caso do Brasil, esse número diz respeito a dois terços de sua população estarem na faixa entre 15 e 64 anos. Logo, este cenário populacional é propício para o aumento do setor de serviços a nível nacional, incluindo assim, os trabalhadores terceirizados (CORRÊA; GONÇALVES; SANTOS, *et al.*, 2016).

Outro ponto a se destacar, é o fato de que, apesar estar mais próximo da faixa inicial da PEA, as pessoas de até 30 anos representam apenas 10,11% do total de trabalhadores, levantando a hipótese de que estas pessoas procuram outros empregos, ou ainda, que a

empresa terceirizada tenha a preferência de contratar pessoas a partir dos 30 anos de idade e/ou com experiência na função.

Esta observação pode estar ligada também ao fato de Viçosa-MG ser um local onde a produção agrícola ainda é um dos setores de maior relevância. Outras funções que ganham destaque no município, devido à baixa exigência de experiência e qualificação são os trabalhos de *motoboy*, atendentes, balconistas e vendedores (DIEESE, 2014).

O setor agrícola ainda possui grande parte dos trabalhadores nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Sendo o Brasil, um país ainda em desenvolvimento, municípios, como Viçosa-MG possuem o setor agrícola forte, juntamente com o comércio e a prestação de serviços, tendo, por exemplo, 15,37% de sua área territorial total para plantio, enquanto a média nacional é de 7,67% (IPEA, 2010).

3.3. Estado civil dos trabalhadores

A Tabela 3, apresenta a distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por estado civil nos serviços de limpeza da UFV.

Tabela 3- Distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por estado civil nos serviços de limpeza da UFV

Estado Civil	N	%
Solteiro	18	20,22
Casado	50	56,18
União Estável	7	7,87
Divorciado	7	7,87
Viúvo	3	3,37
Outro	3	3,37
Abstenções	1	1,12
Total	89	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Constatou-se segundo a Tabela 3, que mais da metade (56,18%) dos trabalhadores era casada, seguido por 20,22% e 7,87%, solteiros e união estável/divorciados, respectivamente. Estes resultados demonstram que a maioria destes trabalhadores convive com um cônjuge, sendo que a soma daqueles casados e de união estável é de 64,05%. Aqueles que não moram com um cônjuge (solteiros e divorciados) somam 28,09%. A variável "outro", correspondeu a 3,37% do total, tendo em número absolutos 3 respostas,

que significam que estas pessoas moram com um companheiro, porém não são casados e não possuem união estável, eles se classificam como "juntados".

Em relação aos solteiros, o grupo feminino tem 25% nesta condição, enquanto os homens têm 10,34%. Em relação aos casados, 55% das mulheres se encontram nesta situação, ao passo que os homens têm 58,82%. Nenhum homem assinalou ser viúvo, enquanto 5% das mulheres se declararam como viúvas. Em uma pesquisa com mulheres que trabalham com serviços de limpeza, realizada por Azevedo (2004), as mulheres que possuem este tipo de trabalho tendem a serem casadas, sendo, as solteiras, o segundo maior público desta população, possuindo, em média, 31 anos. Estes dados são coerentes ao observado na população desta pesquisa, onde as mulheres dos serviços de limpeza da UFV tendem a serem casadas estarem nesta faixa etária.

3.4. Cor ou raça dos trabalhadores

A variável cor ou raça foi elaborada a partir da classificação utilizada pelo IBGE, sendo as categorias branca, negra, parda e amarela. Segundo o IBGE (2010), esta variável possui relevância por retratar a variedade étnica brasileira, demonstrando aspectos relativos à população e suas possíveis divisões e segregações.

A Tabela 4, apresenta a distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por cor ou raça autodeclarada nos serviços de limpeza da UFV.

Tabela 4- Distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por cor ou raça nos serviços de limpeza da UFV

Cor ou Raça	N	%
Parda	35	39,33
Preto	31	34,83
Branco	19	21,35
Amarela	1	1,12
Abstenções	3	3,37
Total	89	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para o IBGE (2010), as pessoas que assinalam preto ou pardo estão dentro da classificação aglomerada entendida como negro, assim, somando os 34,83% que se dizem pretos e 39,33% que se dizem pardos, totalizando 74,16%, que se classificaram como negros; 21,35% como brancos; 1,12% como amarelo e 3,37% não quiseram responder.

O fato de se autodeclarar de uma determinada cor ou raça possui uma representatividade no Brasil, que está ligada a fatores históricos e sociais. A partir do momento em que o indivíduo se autodeclara pertencente àquela categoria de cor ou raça, ele se assume parte daquele grupo, sendo participante de suas características culturais e sociais. O racismo estrutural presente na sociedade brasileira faz com que muitas pessoas evitem se autodeclarar, ou utilizarem termos, como negro ou preto, buscando termos como "moreno" para suavizar o aspecto negativo que ser negro ou preto possui para eles (IBGE, 2010, 2016).

Um fator que ajuda a explicar a maioria de trabalhadores negros neste setor está relacionado às condições sociais, econômicas e educacionais construídas ao longo do histórico social brasileiro. Segundo Druck (2016) o trabalho terceirizado é visto de forma desvalorizada, o que resulta em uma baixa remuneração e condições precárias de trabalho, tendo como mão de obra principal aquela população de baixa escolaridade, morador de periferia e condições socioeconômicas frágeis.

Desta forma, em um contexto nacional, a população negra se encaixa nestes aspectos, já que possui índices menores de escolaridade, dificultando a busca por posições mais qualificadas e de melhor remuneração. Estas características refletem na sua rotina e estrutura familiar, dificultando a busca por melhores condições de moradia, saúde e educação, levando a uma perpetuação do preconceito e da condição socioeconômica desta população (ARAÚJO, *et al.*, 2009).

3.5. Nível de escolaridade dos trabalhadores

A Tabela 5, apresenta a distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por nível de escolaridade nos serviços de limpeza da UFV.

Tabela 5- Distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por escolaridade nos serviços de limpeza da UFV, 2019

Nível Escolar	N	%
Analfabeto	0	0
Ensino fundamental incompleto	13	14,61
Ensino fundamental completo	30	33,71
Ensino médio incompleto	17	19,10
Ensino médio completo	22	24,72
Magistério	1	1,12

Ensino superior incompleto	2	2,5
Ensino superior completo	2	2,25
Abstenções	2	2,25
Total	89	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os níveis de escolaridade apresentados representam a nomenclatura e divisão adotada pelo Governo Federal a partir Lei de nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém, no momento da aplicação do questionário, foram utilizados termos diferentes para facilitar a compreensão de alguns participantes, como “primeiro grau” para designar ensino fundamental e “segundo grau” para designar ensino médio.

Constata-se que 33,71% dos trabalhadores estudaram até o fim do ensino fundamental, sendo que outros 24,72% continuaram estudando e concluíram o ensino médio. Observou-se também que 19,10% iniciaram, porém não concluíram o ensino médio, logo, eles também se encaixam no grupo das pessoas que possuem ensino fundamental completo, somando 52,81% do total de trabalhadores. Apenas uma pessoa (1,12%) assinalou possuir magistério, duas pessoas (2,25%) iniciaram o ensino superior, mas abandonaram e outras duas (2,25%) concluíram o ensino superior.

Apesar do público da pesquisa ser de trabalhadores terceirizados, tidos como mão de obra de classe popular, onde as pessoas não possuem elevado grau de instrução, além da dificuldade de acesso à educação, saúde e transporte, o que pode se tornar uma barreira para a melhoria da condição socioeconômica, o que se vê são resultados melhores do que os níveis regionais e nacionais. Este resultado pode estar ligado ao fato de que Viçosa-MG apresenta índices altos educacionais, com 30 unidades escolares de nível fundamental, alcançando a 97ª posição no índice escola estadual e a segunda da microrregião (BARHAN; VANALLI, 2012, IBGE, 2018, BASTOS FILHO, 2019).

Os trabalhadores que se encontram nos grupos ensino fundamental incompleto, ensino médio incompleto e ensino superior incompleto estão relacionadas ainda a outros fatores que levaram à evasão escolar, como a dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho, dificuldade de acesso e, no caso das mulheres, a alta incidência ao trabalho doméstico e maternidade (IBGE, 2016).

3.6. Composição da unidade doméstica dos trabalhadores

A Tabela 6, apresenta a distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por número de filhos nos serviços de limpeza da UFV.

Tabela 6- Distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por número de filhos nos serviços de limpeza da UFV, 2019

Número de filhos	N	%
Não possui	11	12,26
1 ou 2 filhos	59	66,29
3 ou 4 filhos	18	20,22
5 filhos ou mais	1	1,12
Total	89	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Constatou-se que do total, 66,29% dos trabalhadores possuíam 1 ou 2 filhos, seguido por 20,22% que tinham 3 ou 4 filhos; 12,26% sem filhos e 1,12% com 5 filhos ou mais.

Nos demais itens da variável "composição da unidade doméstica", que são "moradores da unidade doméstica" e "localização da unidade doméstica", os resultados estão descritos a seguir.

Em termos absolutos, os trabalhadores compartilham sua residência com 43 crianças com idade até 12 anos e 41 adolescentes com idade de 13 a 18 anos. Entre as pessoas com idade entre 19 e 59 anos, houve uma divisão entre adultos jovens e adultos maduros, sendo que os adultos jovens (com idade entre 19 a 40 anos) somam 114 pessoas e os adultos maduros (com idade entre 41 a 59 anos) somam 63.

Dos 89 participantes, apenas seis alegaram que, além dos filhos e cônjuges, também moram com pessoas acima dos 60 anos, sendo que o total de idosos seriam de cinco do sexo masculino e cinco do sexo feminino. Assim, a média de pessoas por domicílio, considerando o total da amostra foi de 3,09.

Em relação à localização destes domicílios, 76 trabalhadores (85,39%) alegaram residirem em zona urbana e 13 trabalhadores (14,61%) em zona rural. Do total, 62 trabalhadores (69,66%) afirmaram residir em imóvel próprio, 24 trabalhadores (26,97%) em imóvel alugado e três trabalhadores (3,37%) não responderam.

Em relação às características da residência, 75 trabalhadores (84,27%) relataram que sua residência possui acabamento, laje, rede de esgoto e banheiros, enquanto 12 trabalhadores (13,48%) possuíam uma moradia sem acabamento, telhado e sem rede de esgoto; 2 pessoas (2,25%) não responderam.

Considerando todas as residências, somam-se 24 bairros diferentes, no município de Viçosa, e um no município de Teixeira-MG. Destes 24 bairros citados, o que mais se repetiu foi o bairro Santo Antônio, com 13 moradias, seguido por São José do Triunfo, com 8 moradias e Bom Jesus e Fátima com 6 moradias cada. O bairro Centro foi citado 3 vezes.

Estes bairros apresentam relevância neste dado por serem bairros que possuem certa referência histórica. O processo de expansão da cidade de Viçosa-MG está diretamente atrelado à expansão e desenvolvimento da UFV e, sendo assim, famílias inteiras migravam da microrregião para Viçosa atrás de emprego e, uma melhor condição de vida. As primeiras famílias que vieram neste intuito se assentaram em bairros específicos do município, principalmente o bairro Santo Antônio. Devido ao percurso histórico de expansões da cidade e da universidade, este bairro acabou se tornando uma certa referência, pois se configurava como um ponto de apoio por ser a moradia de conhecidos, conterrâneos e preservar parte da cultura do local de origem (CRUZ, 2014).

Segundo Druck (2018), geralmente estes trabalhadores residem em regiões periféricas nos municípios onde vivem, sendo corroborado por Bastos Filho (2019), que apresenta um índice de segregação socioespacial no município de Viçosa-MG, que varia em uma escala de 0 a 1. Segundo o autor, para a elaboração deste índice, o Bairro São José do Triunfo é considerado um distrito e não pertence ao perímetro urbano do município, logo, foi excluído. Desta forma, o bairro Fátima apresenta um índice de segregação de 0,311; o bairro Santo Antônio apresenta um índice de 0,378; o bairro Bom Jesus apresenta um índice 0,442; e o bairro Centro apresenta um índice de segregação de 0,078. Os índices mais altos de segregação socioespacial pertencem aos bairros Santa Clara, com um índice de 0,636, que conta com o domicílio de 5 trabalhadores e o bairro Nova Viçosa, com um índice de 0,681, que tem o domicílio de 4 trabalhadores.

3.7. Ocupação domiciliar dos trabalhadores

A variável ocupação familiar diz respeito ao número de integrantes do domicílio que possuem emprego. Esta variável representa um dado que está diretamente relacionado à qualificação e renda domiciliar, visto que o número de ocupantes do domicílio que não estão ativos economicamente representam uma parcela da população que necessita de oportunidades, qualificação e políticas ou ações do governo que impactem na economia (IBGE, 2016).

A Tabela 7, apresenta a distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por ocupação domiciliar nos serviços de limpeza da UFV.

Tabela 7- Distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por ocupação domiciliar nos serviços de limpeza da UFV, 2019

Ocupação domiciliar	N	%
Cônjuge e eu	36	40,45
Apenas eu	31	34,83
Outros	8	8,99
Todos	8	8,99
Filhos e eu	5	5,62
Abstenções	1	1,12
Total	89	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como apresenta-se na Tabela 7, 34,83% dos trabalhadores são a única fonte de renda domiciliar; outros 40,45% alegam que a renda familiar provém da sua ocupação e de seu cônjuge; e apenas 8,99% assinalaram que todos os integrantes do domicílio possuem ocupação e contribuem com a renda.

Percebe-se que na constituição domiciliar destes trabalhadores existe um contingente considerável de pessoas desocupadas, considerando que 34,83% são os únicos do domicílio com ocupação, e apenas 8,99% possuem todos os integrantes com trabalho. Este dado reflete o cenário brasileiro, que vem se recuperando lentamente de uma crise econômica, onde que, no ano de 2017, possuía 13,7% da população desocupada e, hoje, possui um índice de 11,8% (12,6 milhões de pessoas) de desocupação. Apesar de apresentar uma melhora nestes números, o índice de desemprego ainda é considerado alto (PNAD, 2019).

Devido ao fato de a maioria destes trabalhadores estar na faixa etária de 30 a 50 anos, muitos filhos podem não estar em idade para trabalho. O fato de a infraestrutura dos bairros periféricos ser precária também deve ser levada em consideração, ao passo que, na inexistência de creches, mães com filhos pequenos tendem a não trabalhar, por não terem com quem deixar as crianças. Outra parte dos filhos e cônjuges destes trabalhadores podem estar também incluídos no grupo considerado de subutilizados, que são pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais. Estas representam 24,6% da força de trabalho disponível no país e afetam principalmente jovens e adultos até os 30 anos de idade (PNAD, 2019).

Com o aumento da população e a diminuição dos índices de ocupação devido à crise, ocorreu um aumento da população economicamente não ativa (PNEA), sendo que, no ano de 2015, havia cerca de 54 milhões de brasileiros desocupados, visto que destes, 69% eram mulheres. Além do sexo, outro fator de análise desta população foi a faixa etária e a escolaridade, percebendo que cerca de mais da metade possuía 50 anos ou mais e 51,8% contavam apenas com o ensino fundamental completo.

Segundo IBGE (2016), para se compreender as mudanças populacionais do mercado de trabalho, a idade e a escolaridade são dois dos principais fatores de observação, pois, estes fatores caracterizam o perfil da mão de obra disponível. Dentro da população economicamente ativa (PEA) 37,8% possuíam escolaridade até o ensino fundamental, apesar disso, 36,9% das pessoas ocupadas possuíam ensino médio completo ou ensino superior.

3.8. Renda domiciliar dos trabalhadores

A Tabela 8, apresenta a distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por renda domiciliar nos serviços de limpeza da UFV.

Tabela 8- Distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por renda domiciliar nos serviços de limpeza da UFV, 2019

Renda domiciliar	N	%
Até 1 salário-mínimo	30	33,71
Entre 1 e 2 salários-mínimos	42	47,19
Entre 2 e 3 salários-mínimos	13	14,61
Entre 3 e 4 salários-mínimos	1	1,12
Mais de 4 salários-mínimos	1	1,12
Abstenções	2	2,25
Total	89	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como pode ser observado na Tabela 8, quase a metade dos trabalhadores (47,19%) possuía uma renda familiar entre 1 e dois salários-mínimos e 33,71% tinham renda familiar de até um salário-mínimo. Por outro lado, apenas dois trabalhadores (2,24%) responderam possuir uma renda familiar maior do que três salários-mínimos.

Segundo o CENSO 2010 (dado mais recente), a desigualdade de renda é uma realidade brasileira, onde a renda familiar média nacional era de R\$ 668,00, vivendo um quarto da população com R\$188 e metade da população com até R\$ 375. Mesmo considerando que o salário-mínimo da época era de R\$ 510, percebe-se uma diferença desses três quartos da população para os vinte e cinco por cento restante.

Ainda segundo o CENSO 2010 (dado mais recente), a renda média domiciliar *per capita* de Viçosa-MG era de R\$872,59. Quando se separa por cor ou raça, observa-se que os rendimentos dos brancos são de R\$ 1.216,56, enquanto dos pretos são de R\$ 468,59 e dos pardos de 608,55.

Esta diferença de rendimento por cor ou raça pode estar associado a outros fatores, como a escolaridade, sendo que da população deste estudo, 67,42% possuíam até o ensino fundamental e 74,16% da mesma população é preta ou parda. Segundo o CENSO 2010 (dado mais recente), a população que se declara preta ou parda possui um menor nível escolar e um rendimento médio que equivale à metade do rendimento da população branca, considerando também que a taxa de desocupação destas populações é de 11,8% e 8,6%, respectivamente.

Estes dados corroboram também com a pesquisa de Druck *et al.* (2018), ao apresentar que a precarização dos trabalhadores terceirizados se dá também pela vulnerabilidade social e econômica, na qual estes trabalhadores se contentam em receber um salário-mínimo para poder sair do desemprego ou do setor informal.

3.9. Dificuldade de viver com o rendimento familiar

Esta variável diz respeito ao grau de dificuldade relatado pelo trabalhador considera ter para passar o mês com os rendimentos mensais domiciliares percebidos. A tabela 9 apresenta a distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por dificuldade em viver com o rendimento familiar nos serviços de limpeza da UFV.

Tabela 9- Distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por dificuldade em viver com o rendimento familiar nos serviços de limpeza da UFV

Grau de dificuldade para viver com o rendimento domiciliar	N	%
Muito difícil	27	30,34
Mais ou menos difícil	51	57,30
Sem dificuldade	9	10,11
Abstenções	2	2,25
Total	89	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Constata-se que 57,30% dos trabalhadores consideram mais ou menos difícil chegar ao fim do mês com o rendimento domiciliar atual; 30,34% consideram muito difícil chegar ao fim do mês com o rendimento domiciliar atual e apenas 10,11% consideram fácil chegar ao fim do mês com o rendimento domiciliar atual.

Este dado nos mostra que 87,64% dos trabalhadores passam dificuldades em algum momento para poder chegar ao fim do mês com algum dinheiro, sem se preocupar e controlar os gastos de maneira mais necessária e rígida. Este dado pode estar diretamente relacionado com os últimos dois dados apresentados, sendo o primeiro a renda *per capita* domiciliar que apontou que 60,80% dos trabalhadores deste estudo possuíam renda de até dois salários-mínimos, além do fato de que apenas 34,83% dos trabalhadores eram os responsáveis por toda renda domiciliar.

Como apresentado, essa dificuldade expressada é um desdobramento da situação socioeconômica destes trabalhadores, porque, além de mais da metade possuir renda de até 2 salários-mínimos, 87,74% tenham filhos e residiam geralmente em bairros periféricos.

De acordo com o IBGE (2016), as classes sociais são estratificadas segundo a renda *per capita* domiciliar mensal, sendo dividida em cinco classes (A, B, C, D e E), sendo que estes trabalhadores, em sua maioria, estão incluídos na classe E, que possui rendimento de até dois salários-mínimos. Uma vez representante de determinada classe social, possui especificidades e questões que precisam de políticas públicas para serem sanadas, pois tende a influenciar questões ligadas à educação, moradia, saúde e lazer (IBGE, 2016).

Esta classificação é apenas um dado que reforça este desdobramento, pois, como já apresentado por Druck *et al.* (2018) e Bastos Filho *et al.* (2019), as pessoas pertencentes a esta classe social tendem a residir em regiões periféricas, com pouca acessibilidade a recursos de transporte, educação, lazer e saúde, além de geralmente serem negras e possuir um baixo nível escolar e baixa remuneração.

3.10. *Condição de saúde dos trabalhadores*

Esta variável diz respeito a condição de saúde dos trabalhadores terceirizados, uma vez que o trabalho terceirizado possui um caráter precarizado (ANTUNES, 2015, DRUCK, 2016, GEMMA; ROJAS; SOARES, 2017) e esta precarização afeta diretamente a saúde do trabalhador.

A Tabela 10, apresenta a distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por condição de saúde nos serviços de limpeza da UFV.

Tabela 10- Distribuição de frequência de trabalhadores terceirizados por condição de saúde nos serviços de limpeza da UFV, 2019

Condição de saúde	N	%
Péssima	0	0
Ruim	0	0
Regular	24	26,97
Boa	48	53,93
Ótima	16	17,98
Abstenções	1	1,12
Total	89	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Constatou-se que mais da metade dos trabalhadores (53,93%) considera que seu estado de saúde é bom, seguido por 26,97% que avaliou sua saúde como regular e 17,98% que considera sua saúde ótima. Apenas um trabalhador (1,12%) se absteve de responder e nenhum trabalhador considerou que sua saúde fosse péssima ou ruim.

Este dado não se caracteriza com os estudos apresentados por Antunes (2015), Druck (2016) e Gemma, Rojas e Soares (2017), que apontam que, no geral, a saúde destes trabalhadores fica comprometida, uma vez que o trabalho terceirizado é um trabalho precarizado, quando se trata das condições do trabalho, remuneração, tempo e carga de serviço excessivos e um risco maior de acidentes.

Um fator que ajuda a explicar esta condição é que este indicador é baseado na autodeclaração do trabalhador, e pressupõe-se que os trabalhadores tendem a se considerarem saudáveis, já que aqueles não saudáveis são substituídos devido aos seus problemas de saúde, buscando, assim, manter o seu emprego o máximo que puder (ANTUNES; PRAUN, 2015).

Por outro lado, o número de adoecimentos aumentou, quando foi perguntado se apresentavam algum problema de saúde. Dos respondentes, 35,96% alegaram apresentar algum problema de saúde, enquanto 61,80% dos trabalhadores afirmaram não possuir nenhum problema de saúde, enquanto 2,25% trabalhadores se abstiveram em responder.

Quando foi perguntado aos trabalhadores se surgiram problemas de saúde depois que começaram a trabalhar como terceirizados, 70,79% dos trabalhadores alegaram que não, enquanto 29,21% dos trabalhadores afirmaram que surgiram problemas de saúde após o início de trabalho enquanto terceirizado. Destaca-se que 29,1% é número elevado, se considerando que o adoecimento é oriundo da atividade de trabalho do sujeito.

Dos problemas de saúde o mais citado foi a dor de coluna (10 vezes), seguido por dor nas articulações (4 vezes), hipertensão e estresse (3 vezes cada), problemas com joelho, tendinite, dor nas costas, ansiedade, diabetes e dor nos ombros (2 vezes cada). Alguns trabalhadores apresentavam mais de um desses problemas de saúde.

A presença de determinados tipos de adoecimento está diretamente relacionada à atividade de trabalho, que é uma atividade de alto esforço físico e com movimentos repetitivos, estando também sempre com risco de acidentes, que podem promover outros adoecimentos. Outro fator que contribui para o surgimento de doenças está relacionado ao fato de que o trabalho terceirizado é mal remunerado, e por vezes, este trabalhador pode precisar trabalhar informalmente para completar sua renda, aumentando ainda mais o esforço e o risco à acidentes (ZUBERI, 2011).

A presença deste tipo de adoecimento demonstra que a promoção de saúde no local de trabalho, que é uma ação da gestão que busca controlar as variáveis que seriam danosas à saúde, é deficitária (CASAS; KLJN, 2006).

A saúde do trabalhador terceirizado é uma questão que, apesar de importante, ainda enfrenta certo descaso, por parte de carência de ações da gestão e falhas contratuais. Segundo Cordeiro (2018), grande parte dos danos à saúde que ocorrem aos trabalhadores terceirizados se dão em função do despreparo e insegurança dos fiscais e encarregados, além da pressão das empresas por reduzir gastos e a pouca importância dada à essa questão, devido ao fato de não pertencerem à instituição pública na qual exercem sua força de trabalho, mas sim à uma empresa terceirizada, constituindo uma questão voltada a sua apropriação de local e à falta de incentivo contratual que permita o cuidado com sua saúde.

4. Considerações finais

A caracterização do perfil socioeconômico do trabalhador terceirizado dos serviços de limpeza da UFV indicou uma maior presença de trabalhadores do sexo feminino, sugerindo uma naturalização das atividades de limpeza e cuidados às mulheres. Mais da metade desses trabalhadores possuiu entre 31 a 50 anos, o que demonstra uma população em sua plena idade de capacidade de trabalho, considerada população economicamente ativa (PEA).

Em relação ao contexto familiar, predominou o status civil casado e com filhos, com domiciliar de até dois salários-mínimos, o que influenciava no modo de viver destas pessoas, em termos do local de moradia e acesso a serviços de lazer, educação, saúde e alimentação. Os locais de moradia predominantes eram as áreas urbanas periféricas, sendo os domicílios próprios, com acabamento e rede de esgoto.

A condição econômica é um fator limitante, uma vez que, além do rendimento ser baixo e provavelmente basicamente do trabalhador terceirizado e seu cônjuge, o que nos permite aferir que cada um recebe no máximo um salário-mínimo, fazendo com que mais de 80% dificuldade em viver um mês com os rendimentos atuais.

A maioria dos trabalhadores terceirizados era negra e com nível escolar até o ensino fundamental, demonstrando a realidade brasileira, ao se tratar que, em trabalhos

precarizados e pouco valorizados como o trabalho terceirizado, a maioria possui baixa escolaridade e são negros, representando a parcela mais pobre da população nacional.

Por fim, os aspectos relacionados à saúde mostraram que, no geral, os trabalhadores terceirizados consideram seu estado de saúde atual de regular a ótimo. Considera-se que pode ter sido influenciado por um receio por parte dos trabalhadores, que estas informações fossem transmitidas à empresa terceirizada. Apenas 36% dos trabalhadores relataram possuir algum problema de saúde, sendo que, cerca de 28% adquiriram após o início do trabalho como terceirizado.

Neste aspecto, os trabalhadores, além do medo, também podem não reconhecer que certos adoecimentos que possuem estão relacionados à atividade de trabalho que exercem, devido ao esforço necessário para realizar certas atividades, movimentos repetitivos e o uso de produtos químicos.

Por fim, pode-se concluir que o trabalhador terceirizado dos serviços de limpeza da UFV é geralmente mulher, negra e com baixo nível escolar. Tende a residir em periferia e possui filhos, obtendo um rendimento domiciliar de até 2 salários-mínimos. Apesar de não ser maioria, o nível de adoecimento nesta população é considerado relevante.

Confirma-se a precarização do trabalho que chega aos setores públicos, consequência de um modelo mais liberal de governança, a ausência de políticas públicas que poderiam colaborar com acesso a creche, formação, transporte, alimentação, fiscalização e promoção da saúde.

Elege-se como contribuição para futuros trabalhos pensar na dificuldade de fiscalização da garantia de bem-estar dos terceirizados pela rede pública, a avaliação do impacto do trabalho terceirizado no cotidiano familiar destes trabalhadores e possíveis danos existenciais na vida deles.

Referências

ALVES, Giovanni. Outsourcing: The future of labor in Brazil. **Trabalho educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 337-339, Aug. 2017.

ANTUNES, Ricardo. A sociedade da terceirização total. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, Jan/Jun, 2015.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. The society of illness at work. **Serviço Social e Sociedade**, n.123, pp.407-427. 2015.

ARAÚJO, Edna Maria; COSTA, Maria da Conceição Nascimento; HOGAN, Vijaya Krishna; ARAÚJO, Tânia Maria de; DIAS, Acácia Batista; OLIVEIRA, Lúio Otávio Alves The use of the variable of race/color within Public Health: possibilities and limits. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v.13, n.31, p. 383-94, Out./Dez. 2009.

BARHAM, Elizabeth Joan; VANALLI, Ana Carolina Gravena. Work and family: theoretical perspectives and current challenges. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-59, Abr. 2012.

BASTOS FILHO, Reinaldo Antônio. **Segregação socioespacial e redes de apoio familiares em regiões periféricas de uma cidade média mineira**. Tese (Doutorado em Economia Doméstica). Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2019.

BASTOS FILHO, Reinaldo Antônio; PINTO, Neide Maria de; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. Efeito da atuação do poder público municipal sobre as condições de vida das famílias: um estudo comparativo da segregação socioespacial em regiões periféricas e central da cidade de Viçosa (MG). **VI Encontro Brasileiro de Administração pública e políticas públicas**. Salvador, BA. 2019.

BATTISTINI, Osvaldo R. ¿Qué hay de nuevo y de viejo en la subcontratación laboral moderna? **Sociológica**, México, v. 33, n. 93, p. 281-318, Abr. 2018.

BRASIL, Lei Federal nº 9.394 de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Acessado em 10/02/2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

BRITES, Riany Moura Rocha; ABREU, Ângela Maria Mendes de. Alcohol consumption pattern among workers and socioeconomic profile. **Acta paulista de enfermagem**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 93-99, Apr. 2014.

CASAS, Sara Barrios; KLIJN, Tatiana Paravic. Promoción de la salud y un entorno laboral saludable. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 136-141, Feb. 2006.

CAMPOS, Célia Maria Sivalli; VIANA, Nildo.; SOARES, Cássia Baldini. Transformations in contemporaneous capitalism and its impact on state policies: the SUS in debate. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 82-91, Jun. 2015.

CARNEIRO, Fernanda Maria Afonso. A Terceirização na Administração Pública: Vantagens, Desvantagens e Ameaças ao Regime Jurídico das Relações do Trabalho. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 61 – 80, Jul/Dez 2016.

CHILLIDA, Manuela; COCCO, Maria Inês. Worker's health & outsourcing: worker's profile in a hospital cleaning service. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. 2005.

COTA; Jorge Eduardo. Mendoza; BERMÚDEZ, Karina Jazmin García. Discriminación salarial por género en México. **Problemas del Desarrollo**, vol.40 no.156, México Jan./Mar. 2009.

CORRÊA, Dalila Alves; GONÇALVES, Wesley Antônio; SANTOS, Ana Luiza Lima dos; NOVAES NETTO, Arsênio Firmino de. Impactos do bônus demográfico para gestão de pessoas. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 15, n. 3, 2016.

CRUZ, Tancredo Almada. **Retrato social de Viçosa V**. Viçosa, MG: CENSUS, 2014.

DIEESE. **Especial Terceirização**. Acessado em: 10/07/2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudotecnico/terceirizacao.html>>.

DIEESE. **Terceirização e Desenvolvimento**: Uma conta que não fecha. Acessado em: 11/11/2019. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>>.

DRUCK, Graça. Unrestrained outsourcing in Brazil: more precarization and health risks for workers. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, jun, 2016.

DRUCK, Graça; SENA, Jeovana; PINTO, Marina Morena; ARAÚJO, Sâmia. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. **Terceirização do trabalho no Brasil**: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília. p. 113-142. 2018.

DUTRA, Fabiana Caetano Martins Silva e; COSTA, Leticia Cardoso; SAMPAIO, Rosana Ferreira. A influência do afastamento do trabalho na percepção de saúde e qualidade de vida de indivíduos adultos. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 98-104, Mar. 2016.

GARBIN, Sandra. Trabalho feminino e terceirização: um estudo de caso. Trabalho de conclusão de curso. **Universidade Federal de Santa Catarina**. Centro socioeconômico. 2014.

GEMMA, Sandra Francisca Bezerra.; FUENTES-ROJAS, Marta; SOARES, Maurílio José Barbosa. Agentes de limpeza terceirizados: entre o ressentimento e o reconhecimento. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, São Paulo, v. 42, e4, 2017.

HERNÁNDEZ, [Francisco Acosta](#); PEÑALVER, [Antonio Juan Briones](#). La administración inteligente como fator para reducir el fracasso empresarial. **Tourism & Management**, nº 8, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades – Panorama 2018**. Acessado em 10 fev 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama>>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto - PIB**. Rio de Janeiro, 2020. Acessado em: 17 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro, 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013**. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – 2 ed, Rio de Janeiro: IBGE, 296p, 2014. Acessado em: 14/05/2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais municipais – uma análise dos resultados do universo do CENSO demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nupcialidade, fecundidade e migração 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação e deslocamento 2010**. Rio de Janeiro, 2010b.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Agricultura: Veja produção agrícola e área plantada por cidade do Brasil - VIÇOSA, MG**. Acessado em: 11/11/2019. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=vicosa/MG-Agricultura:-Confira-a-producao-agricola-e-a-area-plantada-no-seu-municipio>>.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares; CORDEIRO, Eliza Regina. **A terceirização da segurança nas instituições federais de ensino superior: um estudo na UFSC**. XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária, Mar del Plata, Argentina, 2015.

LIMA, Jacob Carlos. Outsourcing and workers: revisiting some questions. **Caderno de psicologia social do trabalho**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 17-26, 2010.

MONTALI, Lília. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 123-135, Jun. 2003.

OIT, Organização internacional do trabalho. **Mulheres no trabalho**. Genebra: OIT, 2016.

OLHER, Bruno Silva. **Terceirização das atividades de apoio em instituições federais de ensino da Zona da Mata de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais.

OLHER, Bruno Silva; COSTA, Ivy Silva; TEIXEIRA, Ítala Moraes. Reflexões sobre os efeitos da terceirização dos cargos de apoio no serviço público federal: estudo de caso no instituto federal do sudeste de MG campus Rio Pomba. **Holos**, ano 31, v. 5. Ago. 2015.

REIS, Lúcia Margarete dos; UCHIMURA, Taqueto Teruya; OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix de. Socioeconomic and demographic profile in a vulnerable community to the use of drugs of abuse. **Acta paulista de enfermagem**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 276-282, 2013.

SALM, Cláudio; FOGAÇA, Azuete. **Questões críticas da educação brasileira. Consolidação de propostas e subsídios para ações nas áreas da tecnologia e da qualidade.** Brasília. MCT/Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria; MICT/Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, 1995.

SALVADOR, Miquel; RIBA, Clara. La externalización como estrategia de gestión en los servicios públicos locales. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 633-652, Aug. 2017.

VARGAS, Camilo Piedrahita; MONSALVE, Martha Elisa. Labor outsourcing: between efficiency and social equity. *Rev. Ces Derecho*, Medellín, v. 7, n. 1, p. 3-10, Jan. 2016.

VOGELMANN, Rafael. A Problem for Moral Naturalism: Outsourcing Moral Judgments. **Manuscrito**, Campinas, v. 40, n. 3, p. 1-27, Sept. 2017.

ZUBERI, Daniyal. Contracting out hospital support jobs: The effects of poverty wages, excessive workload, and job insecurity on work and family life. **American Behavioral Scientist**, v. 55, n. 7, p. 920-940, 2011.

Submetido em: 02/12/2021

Aprovado em: 30/12/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)